



A INCLUSÃO DO DEFICIENTE MENTAL NA ESCOLA REGULAR

Maria Adelaide Silveira da Silva^{*}

Maria Angélica Dornelles Dias^{**}

RESUMO

Este trabalho objetivou identificar como ocorre a inclusão do aluno deficiente mental 'leve' em uma turma do ensino fundamental de uma escola pública em Sinop - MT. Questionou-se como a inclusão deste aluno está acontecendo e qual a metodologia de ensino utilizada no processo de ensino-aprendizagem. A inclusão vem proporcionar uma reestruturação da política educacional municipal possibilitando novas abordagens metodológicas por parte dos professores, considerando as diferentes habilidades dos alunos, dando-lhes condições de pleno acesso e participação. A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho foi pesquisa qualitativa com observações em sala de aula e entrevistas com os professores e pais dos alunos.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Deficiente Mental. Metodologia de Ensino. Pesquisa Qualitativa.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo teve como objeto de pesquisa a inclusão do deficiente mental na escola regular. Os sujeitos da pesquisa foram professores e pais de aluno com deficiência mental de duas escolas municipal de Sinop - MT, para posterior comparação dos métodos de inclusão.

A inclusão vem proporcionar uma reestruturação da política educacional para que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva, considerando as diferentes habilidades dos alunos, dando-lhes condições de pleno acesso e participação.

^{*} Acadêmica do 7º Semestre do Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT - Campus Universitário de Sinop.

^{**} Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Professora concursada na área de Psicologia do Campus Universitário de Sinop

A educação no Brasil começou por volta da metade do século XX abrindo assim mais espaços para reflexões e ações que atendam não só na área da saúde as necessidades das crianças que apresentavam deficiência mental, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), estabelecem princípios de ‘igualdade e condições para o acesso e permanência na escola’ para alunos com necessidades especiais, garantindo-lhes o direito de se tornar cidadãos, tendo suas potencialidades desenvolvidas e valorizadas.

Necessário se faz delinear os contornos do novo paradigma da escola inclusiva, para que seja possível olhar para o discurso de integração/inclusão/exclusão sem reproduzir práticas de segregação dos alunos deficientes que apresentem dificuldades de adaptação ou de aprendizagem.

As barreiras sociais e físicas dificultam o processo de integração, pois criam atitudes de rejeição por não reconhecerem que as diferenças devem ser trabalhadas sem que as oportunidades de evolução física e mental sejam desperdiçadas.

O processo de inclusão visa não só a integração, aceitação das diferenças, mas sim a operacionalização de uma estratégia de ensinar/aprender capaz de levar em conta junto com a didática de aula as questões de vínculo e afetividade na busca da aquisição do conhecimento. O aluno com deficiência mental apresenta características acentuadas quando confrontado com os considerados normais, mas na ótica da educação inclusiva ele deve ser comparado não pela sua diferença, mas por ter direito de ter suas necessidades educativas atendidas da mesma maneira que demais alunos da classe regular.

Vive-se em uma sociedade onde o conhecimento se valoriza a cada instante que se aprofunda, nele evidencia a forma de internalizar o quanto de apropriação das informações foram assimiladas e usadas produtivamente. Valoriza-se a capacidade de aprendizagem, porque é através dela que a ascensão do status social e a remuneração delimitam nossos espaços e relações interpessoais.

O aprendizado dessa criança deve começar desde o seu nascimento e continuar até a idade adulta, usufruindo de atendimento adequado e profissional capacitados para isso, Jover (1999, p. 9) escreve:

Pela Constituição Federal de 1988, art. 205, a educação é direito de todos e dever do estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Em seu artigo 208, ela assegura o atendimento educacional especializado aos “portadores de deficiência”, preferencialmente na rede regular de ensino. Nessa direção, a Lei Federal 7853 dispõe que nenhuma escola ou creche pode recusar o acesso do deficiente a instituição escolar.

Adequar apenas a escola em seus aspectos físicos, não basta. Temos que pensar se os professores estão preparados para lidar com essa demanda em sala de aula, se suas metodologias estão adaptadas para incluir sem excluir.

Atualmente os preconceitos com o aluno deficiente mental leve ainda existem em diferentes graus, os mitos são perpetuados. As contradições conceituais prevalecem, assim como as atitudes ambivalentes, as resistências, a rejeição e as diversas formas de discriminação. As escolas de hoje via de regra só estão preparadas para receber alunos com boa capacidade cognitiva sem muitos problemas de saúde, isso torna fácil olhar para o processo de aprendizagem de uma forma simplista de armazenamento do conhecimento.

2 INCLUSÃO: educação é um direito para todas as diferenças

De acordo com a legislação brasileira, a escola é direito de todos. Esta afirmativa preocupa muitos professores quando verifica em suas salas de aulas a realidade da desigualdade humana. A raiz da educação tradicional fez com que determinados profissionais de educação acordassem o desejo de nivelar os conhecimentos dos alunos. O parecer da educação inclusiva deu um novo feitiço à educação apontando um olhar diferenciado as singularidades humanas

Falar dessa problemática provoca, ainda, o mesmo feitiço legal que abrasam, pois a educação é garantida por lei a todas as pessoas inclusive alunos com deficiência educacionais especiais. Deste modo se mostra complacente refletir sobre a escola regular inclusiva, assegurada por lei, afirmando a educação para todos e as dificuldades encontradas em nosso sistema educacional em proporcionar auxílio à criança que precisa de cuidados especiais para ampliar seus potenciais.

Essas dificuldades encontradas aparecem pelas, mas condições das escolas que recebem as crianças especiais sem ter uma estrutura física e humana adequada e apresentam dificuldade para trabalhar com esses assuntos. É necessário pensar que todos têm potencialidades e também necessidades.

Para Mantoan (2005, p.24) o problema do diagnóstico de deficiência mental, torna-se um estorvo no ensino da escola regular e também no atendimento especializado, em que:

[...] a maneira elitista, meritocrático, homogeneizador e competidor dessas escolas explora o professor e o reduz a uma situação de separação e impotência, principalmente diante dos alunos com deficiência mental, pois são aqueles que mais juntam o desenvolvimento do processo escolar, em todos os níveis e séries.

Nesse sentido, cabe ao professor, receber tais crianças e mediar carinho, ensiná-las essencialmente assuntos de fácil compreensão, respeitar o processo, de modo que apresente uma parte de cada vez. O professor alcançará resultados mais positivos de seu trabalho, se acrescentar a cada parte as coisas agradáveis para a criança. Ele deverá enaltecê-la após cada item aprendido para que ela se sinta capaz e segura. É ainda tarefa deste professor, manter a paciência e a uniformidade de comportamento e, ao avaliar a criança deverá evitar fazer comparações com as demais, além de que, não poderá exigir um rendimento que do aluno com déficit intelectual.

A escola inclusiva exigirá novos paradigmas educacionais, pois deverá fazer valer a democracia na educação para todos, consideração a construção do aprendizado dos alunos especiais, uma vez que estes têm seus direitos assegurados por Lei. No Art. 208 da Constituição Federal de 1988 afirmam que é dever do Estado oferecer atendimento educacional para os portadores de necessidades especiais no ensino regular, formulado nos seguintes termos:

O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando;
- VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Garantir a integração do indivíduo para o exercício da cidadania é assegurar que os direitos humanos dos portadores de necessidades especiais tenham suas necessidades educacionais atendidas a contento. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEM 9.394/96 visa o processo de capacitação do ser humano para o exercício da cidadania, para o trabalho e para a vida. Para a educação especial o Art. 58 dispõe que:

Educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A inclusão escolar e social dos deficientes veio para igualar as diferenças, tendo em vista que todos nós possuímos diferenças quando comparados uns com os outros, porém perante a lei somos iguais e nossos direitos são assegurados por ela. Para Sasaki (1997, p.41), inclusão social é “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

A formação do indivíduo segundo o processo da educação especial tem em vista capacitar a pessoa com suas habilidades e competências para ser capaz de conseguir as atividades do dia-a-dia, prestação para o trabalho e para o exercício da cidadania. Dessa maneira:

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120).

A construção do conhecimento capaz de transformar uma realidade necessita levar em conta as diferenças e as individualidades não apenas com métodos técnicos, mas também com suporte emocional e multidisciplinar.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na cidade de Sinop. Utilizando da pesquisa qualitativa para desenvolver este trabalho que segundo Minayo (1994, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os sujeitos que contribuíram com as informações dessa pesquisa foram alunos com deficiência mental inseridos no ensino regular de duas escolas municipais, juntamente o corpo docente e os pais destes alunos. Foi realizada a observação das salas de aulas para alcançar uma visão mais concreta na pesquisa analisada.

Para a coleta de dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas com os pais e professores. A entrevista “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador,

oferece todas as perspectivas para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

A pesquisa foi realizada em Escolas Municipais com professores e pais de alunos que a partir de agora receberão nomes fictícios de Cravo, Lírio, Orquídea, Jasmim, Violeta e Azaléia. Durante as observações foi possível perceber um pouco das personalidades de cada sujeito. Todos os procedimentos para realização da pesquisa foram organizados por meio de ofícios expedidos pela UNEMAT - *Campus* Universitário de Sinop.

Observou-se que os alunos com déficit intelectual, aferindo suas socializações e participações nas atividades realizadas em sala. E também as professoras com muita atenção a eles e todas as suas metodologias que eles tiveram participação. Os questionários foram elaborados para tentar avaliar e compreender o dia-a-dia do aluno com déficit intelectual na sala do ensino regular e ver de perto como esta sendo a inclusão desses alunos. A observação direta ou participativa é obtida por meio do contato direto do pesquisador com fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural (TRIVIÑOS 1992, p.90).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Com o intuito de alcançar os resultados da investigação a presente pesquisa, a partir da coleta de dados buscou-se apresentar algumas questões que embasaram a pesquisa. As cogitações tecidas se dão ao logo do texto da experiência vivenciadas, tendo como sujeito dois alunos da serie inicial com *déficit* intelectual, seus pais e professoras do ensino fundamental, de duas escolas municipais do município de Sinop

Os sujeitos da pesquisa não serão identificados, as professoras serão Orquídea e Jasmim, os alunos Cravo e Lírio para os pais Azaléia e Violeta. Através das respostas coletadas com os sujeitos da pesquisa podem-se observar as seguintes discussões: foram questionados as professoras e pais dos alunos sobre a inclusão do aluno deficiente mental na sala regular.

(01) Jasmim: Penso que eles precisam desse espaço para socialização e inserção na sociedade, esses alunos estão inseridos na sociedade, porque estão no ensino regular.

(02) Orquídea: É importante, mas faz necessários uns profissionais das áreas psicológicos, fonoaudióloga, fisioterapeuta. Pois os alunos com deficiência mental precisam desses profissionais e na sala regular precisamos de apoio de outra professora diariamente na sala.

Na fala do Jasmim, esta consciente que os alunos precisam estar inserido na escola e que eles estão na sociedade e a inclusão começa mesmo na escola.

Orquídea enfatiza à importância que seria a permanência de profissionais na área da educação como psicólogo, fonoaudiólogo e fisioterapeuta, e argumenta que precisa de um auxiliar na sala como outra professora para melhor corresponder suas práticas pedagógicas.

Vygotsky (1998, p. 127) “assegura que o ser humano se estabelece nas suas afinidades e trocas com outro e que é a qualidade dessas experiências interpessoais e de relacionamento que produzem o seu desenvolvimento, inclusive afetivo”.

Observando o cotidiano da criança, Cravo na sala de aula não tem limites, não parava, sempre correndo no corredor da escola, mas sempre se dirigia ao meu encontro para relatar alguma coisa, tipo:

(3) Cravo: Na minha casa minha mãe me deu um coelhinho.

Ela procurava me distrair e não conversava o que eu queria, a Orquídea conta que o Cravo, conversa muito. Ela sempre a leva na copa, pois é um local que gosta de frequentar e se sente a vontade para falar tudo sobre o que a família faz para ela. Orquídea continua falando que tem tarefa na sala os outros alunos estão esperando e pedindo para ela entrar, assim aos pouco vai levando Cravo para sala. Isso às vezes dificulta o trabalho, não dá para conciliar a atenção só no Cravo, tem outros alunos que precisam do ensino da aprendizagem, diz Orquídea.

Lírio mostrou gostar muito da sala de aula e da professora. Percebe-se que ele interage bastante com os colegas tanto na sala de aula quanto no pátio da escola, gosta de estar sempre correndo com os outros alunos, na hora do recreio ele pega o lanche sempre por primeiro e se não ele corta a fila.

Nos dias de observação percebeu que Lírio é uma criança meiga e ativa, gosta de brincar, saltar, mistura-se nas corridas com outros colegas e nas atividades da sala conhece o alfabeto mais não fica muito tempo escrevendo, logo quer outra tarefa.

O *déficit* intelectual, as maiorias das escolas automaticamente aumentam um ensino mecanizado, que se conduz aos fins, não se atentando para os métodos de desenvolvimento cognitivo e social e para o crescimento desse aluno, que parece invisível aos olhos dos professores, e de outros profissionais que normalmente trabalham com cortes desse ser sem identidade, sem desejo e sem meio, é o que Almeida (2004, p. 99) argumenta:

A criança vive em leal evolução, as relações que coloca com o mundo social são sempre novas e se transformam reciprocamente a todo instante em um processo marcado pela volubilidade. O ensino deve adotar as necessidades dos alunos e avaliar os diferentes níveis de desenvolvimento afetivo-cognitivo, para orientar adequadamente a ação educativa.

Os pais do Cravo e do Lírio fizeram comentários sobre a inclusão na sala regular.

(04) Azaleia: O aspecto positivo que destacaria quanto à inclusão seria a socialização deve haver porque todos devem enfrentar as barreiras da vida.

(05) Violeta: Acredito na socialização, mas faltam muitos profissionais preparados e todos da escola têm consciência que eles são iguais aos demais.

Na fala da Azaleia é bem clara que a socialização é mais importante e que acontecerá por toda vida. Já Violeta coloca que as necessidades que existem nas instituições inclusivas são para que tenha consciência e uma boa estrutura para demanda das crianças com *déficit* intelectual.

A exclusão na inclusão só não acontecerá se a escola souber valorizar as potencialidades dos alunos na sua diferença. Os saberes e práticas dos docentes que atuam nas escolas de ensino regulares com pessoas com necessidades educacionais especiais, passam a encarar o processo de inclusão tendo que re-significar seus papéis para construção da aprendizagem (TARTUCI, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inclusão do Deficiente Mental no Ensino Regular é um processo de inclusão que exige do professor a construção de um ambiente favorável à educação, por isso deve olhar para a turma não apenas na perspectiva homogenizadora, pois trabalhar os conteúdos com todos os alunos inclui olhar também para a heterogeneidade. A inclusão não pode ser excludente, pois só assim será capaz de respeitar suas limitações, reconhecendo suas diferenças e ressaltando as potencialidades do aluno sendo, estar com um aluno com certa debilitação é trabalhoso e que não tenha uma estrutura física que possa ajudar na construção do desenvolvimento cognitivo e sociável que possa permitir um bom desempenho.

A escola é um dos seguimentos da sociedade responsável pela construção do conhecimento, porém cabe a ela mais especificamente ser mediadora na organização e

edificação dos conceitos/conteúdos. Portanto, exerce uma responsabilidade muito grande devido ser através dela que a sociedade adquire opinião de participação. Para que haja uma transformação nos atuais moldes do ensino, os docentes precisam assumir o compromisso de novas práticas para as mudanças de inclusão se estabelecer.

Promover junto ao deficiente e professor, lugares de construção igualitária desses conhecimentos, isso também faz parte do alicerce de construção, ele atua juntamente com outros membros da equipe na promoção de processos interativos qualificados. É importante que todos os processos de ensinar e aprender sejam homogêneos para a concretização de projetos que efetivamente possibilitem a aprendizagem.

INCLUSION OF MENTAL DISABLE STUDENT IN REGULAR SCHOOL

ABSTRACT¹

This work aimed to identify how does the inclusion of mild mental disable student in a class of elementary education at a public school in Sinop - MT. It was questioned how the inclusion of this student is happening and which teaching methodology in the teaching-learning process. The inclusion is to afford a politics restructuring of municipal education allowing new methodological approaches by teachers, considering the different skills of the students, giving them full access and conditions for participation. The methodology used to develop this study was qualitative research with classroom observations and interviews with teachers and parents of students.

Keywords: Education. Inclusion. Mentally Dsable. Teaching Methodology. Qualitative Research.

REFERÊNCIAS

AZALEIA. **Mãe Azaleia**: depoimento. [04 jun. 2013] Entrevistadora: Maria Adelaide Silveira da Silva. Sinop, MT, 2013. 2f. Entrevista concedida para monografia sobre A Inclusão do Deficiente Mental na Escola Regular.

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **O que é afetividade?** Reflexões para um conceito. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/o_que_e_afetividade.asp. Acesso em: 15 nov. 2008.

¹ Traduzido por Kênya Karoline Ribeiro Sodré (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN nº9394/96. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria de **Educação Especial**. **Direito à educação** - necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CRAVO. **Aluno Cravo**: depoimento. [07 jun. 2013] Entrevistadora: Maria Adelaide Silveira da Silva.

Sinop, MT, 2013. 1f. Questionário para Entrevista concedida para monografia sobre A Inclusão do Deficiente Mental na Escola Regular.

JASMIM. **Professora Jasmim**: depoimento. [10 jun. 2013] Entrevistadora: Maria Adelaide Silveira da Silva. Sinop, MT, 2013. 2f. Questionário para Entrevista semi-estruturada concedida para monografia sobre A Inclusão do Deficiente Mental na Escola Regular.

JOVER, Ana. Preparando a escola inclusiva, **Revista Nova Escola**. São Paulo: Abril, n.123, 1999.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **A integração da pessoa com deficiência**: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Mennon, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ORQUÍDEA. **Professoran Orquídea**: depoimento. [14 jun. 2013] Entrevistadora: Maria Adelaide Silveira da Silva. Sinop, MT, 2013. 2f. Questionário para Entrevista semi-estruturada concedida para monografia sobre A Inclusão do Deficiente Mental na Escola Regular.

TARTUCI, Dulcéria. **Re-Significando o “Ser Professora”**: Discursos e Práticas na Educação de Surdos. 29º Reunião Anual da Anped. Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: Desafios e Compromissos. Caxambu, MG, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão - construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VIOLETA. **Mãe Violeta**: depoimento. [05 jun. 2013] Entrevistadora: Maria Adelaide Silveira da Silva. Sinop, MT, 2013. 1f. Questionário para Entrevista semi-estruturada concedida para monografia sobre A Inclusão do Deficiente Mental na Escola Regular.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.